



ENTREVISTA



ENTREVISTA: FINANÇAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Entrevistado Fábio Betioli Contel

Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado (Academic Visitor) na The School of Geography of the University of Oxford. Docente do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa II – CNPq.

REVISTA ENTRELUGAR:

Como o sr. definiria o conceito de financeirização? Trata-se de um conceito sólido ou é mais um "modismo intelectual"?

FÁBIO BETIOLI CONTEL:

Em nosso entender, o conceito parece trazer uma contribuição significativa para o entendimento do mundo contemporâneo. Houve de fato o aumento da importância das finanças em todos os setores da vida social, e principalmente na economia (por motivos óbvios). Para além da força que os bancos comerciais/universais já possuíam, somam-se a eles hoje outros atores poderosíssimos, como bolsas de valores, fundos de pensão, fundos de investimento, fundos soberanos, empresas de cartão de crédito, e mais recentemente as chamadas “Fintechs”, são empresas startups voltadas para a prestação de serviços financeiros. Mesmo as empresas de ramos não-financeiros – como todas as indústrias e as grandes cadeias de comércio e serviços – se “financeirizam”, isto é: ou que são donas de bancos ou se juntam a outras empresas financeiras, quer para negociar/pagar fornecedores, quer para financiar e/ou otimizar suas vendas, ou ainda para investir os excedentes gerados em títulos/mercados de capital. Os lucros financeiros destas empresas não-financeiras muitas vezes são maiores do que o lucro original de sua “atividade-fim”. Outra novidade recente é que existe uma ampla capilarização das finanças, também entre as classes de baixa renda, e mesmo nos países periféricos. O fenômeno do endividamento atinge agressivamente a vida cotidiana de famílias que antes eram consideradas “excluídas financeiramente”. Parte desta realidade já ocorria desde o início do século XX, como bem demonstraram as obras magistrais de

Rudolph Hilferding e de Vladimir Lênin; mas outra parte de fato tem origem mais recente, desde a Segunda Guerra Mundial, mas principalmente a partir das crises do capitalismo da década de 1970. Como são novidades históricas, a filosofia da ciência nos convida a estudá-las e problematizá-las, e é para isso que veio o conceito de financeirização. Há outros nomes para este mesmo fenômeno, como “capitalismo baseado nas finanças” (mais utilizado pela escola da regulação francesa) ou “globalização financeira” (mais usado pelas escolas de administração e negócios anglo-saxãs). Estas diferentes denominações, ao meu ver, atestam a existência do fenômeno da financeirização e, portanto, a necessidade de explicá-lo. Como o conceito de financeirização é um neologismo, de fato ele guarda uma polissemia maior, e abriga distintos usos e significados. Mas ele me parece cumprir uma função importante, e enriquece o vocabulário das ciências sociais contemporâneas: o conceito dá relevo para o enorme poder que as empresas financeiras têm hoje, assim como permite a análise daquilo que chamamos de “hipercapilaridade das finanças”, isto é, o caráter quase ubíquo das variáveis financeiras no mundo contemporâneo, ubiquidade tanto do ponto de vista geográfico quanto sócio-econômico. Portanto, não se trata de um modismo

REVISTA ENTRELUGAR:

Como é possível baixar os juros reais da economia brasileira, se existe um oligopólio tão forte no mercado de crédito nacional (5 bancos comerciais controlam 85% do mercado)?

FÁBIO BETIOLI CONTEL:

Dois comentários, para iniciar a resposta. Em primeiro lugar, os oligopólios são uma forma natural de organização da economia no modo de produção capitalista. Portanto, extingui-los por completo é impossível sob este modo de produção. Em segundo lugar, há que se ponderar uma das especificidades do caso brasileiro – e da maior parte dos países periféricos – em relação ao peso da dívida pública na definição dos juros: como todos os grandes investidores financeiros são proprietários e vorazes compradores de títulos públicos, eles não têm interesse nenhum em que estes juros pagos pelos títulos baixem (pois isso diminuiria a remuneração que recebem). Partindo destas duas

premissas, existem, porém, duas soluções possíveis para tentar “dirimir” o problema dos juros altos, mesmo em sistemas financeiros oligopolizados. A primeira é uma solução mais desenvolvimentista e que envolve o uso dos bancos públicos e da regulação financeira (sobretudo aquela dos bancos centrais). É possível usar os bancos públicos (que no caso brasileiro são dois destes cinco maiores citados na pergunta) para “forçar” os juros para baixo, gradualmente, obrigando os bancos privados a também fazê-lo. Esta solução permite incentivar o financiamento de grandes obras de infraestrutura, assim como realizar empréstimos para atividades econômicas feitas por empresas não-monopólicas, que por sua vez geram emprego e renda, e reativam o processo econômico. A segunda solução possível – que vem sendo aplicada pelo atual governo – é a do ganho da “confiança” dos grandes agentes econômicos, através de uma série de medidas como: despatrimonialização do Estado (privatizações em todos os setores, mesmo os considerados estratégicos), desnacionalização da economia (para, supostamente, atrair investidores internacionais), liberalização das regras da economia financeira (através da concessão de maior autonomia ao Banco Central), e diminuição agressiva dos mecanismos de proteção social da população de baixa renda, como são o caso da chamada “reforma” da previdência social, e da flexibilização do mercado de trabalho. Ainda que estas medidas permitam de fato a diminuição dos juros, há consequências extremamente indesejáveis, no médio e longo prazos. Ao contrário do que a ideologia neoliberal preconiza, estas medidas vão tornar as empresas nacionais menos dinâmicas (financeira e tecnologicamente), reprimizará nossa economia, diminuirá o número de empregos mais qualificados, e tornará a concentração da renda ainda mais aguda, prejudicando a população que mais precisa de recursos e amparo público. Os “custos totais” para a diminuição das taxas de juros nesta segunda opção são, portanto, incrivelmente maiores e os resultados são anti-populares.

REVISTA ENTRELUGAR:

As tecnologias da informação e os novos agentes financeiros digitais (as Fintechs) são uma ameaça verdadeira para o sistema bancário "tradicional" no Brasil? Ou haverá apenas uma "reacomodação" do mercado de produtos e serviços financeiros com a chegada destes novos agentes?

FÁBIO BETIOLI CONTEL:

Conforme já mencionado, é impossível acabar em definitivo com os oligopólios numa economia capitalista. Porém, as Fintechs são interessantes pois elas apontam para uma descentralização do comando do mercado de crédito, caso elas se mantenham como firmas independentes do capital bancário; isto é, caso não sejam compradas – ou mesmo criadas – por grandes bancos. Se elas se mantiverem como “unidades de capital” independentes, podem ameaçar o enorme poder que os bancos comerciais possuem no Brasil (ao menos em tese), também pelos seguintes fatores: 1. Sua extrema eficácia, pelos custos muito mais baixos de suas estruturas operacionais enxutas; e 2. Pela aderência de seus canais de comunicação e prestação de serviços (smartphones e aplicativos) aos comportamentos de consumo das novas gerações de consumidores (os chamados *millenials*). Nos estudos o que estamos realizando no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, outra novidade importante que diz respeito ao uso das técnicas da informação são os chamados bancos comunitários. Estes bancos são organizações muito simples, que surgem na sua totalidade em bairros periféricos de grandes cidades, e são fruto direto da ação política e engajamento social destas comunidades. Estes bancos surgem a partir de movimentos de reivindicação de melhores condições de vida local, e tem na sua gênese, portanto, esta forte componente política, e de criação de solidariedades locais entre os habitantes destes bairros. Para além de permitir novas formas de acesso ao crédito para estas famílias, eles auxiliam no desenvolvimento de uma série de atividades econômicas de forte componente social e popular, como clubes de troca, oficinas de profissionalização, mercados de bairro, hortas comunitárias, entre outras iniciativas que servem para a geração de trabalho e renda, e o empoderamento das pessoas que vivem nestes bairros. Conforme mencionado, o uso das tecnologias da informação é cada vez mais comum nestes bancos. Portanto, as tecnologias da informação têm auxiliado, recentemente, o surgimento de novos agentes financeiros que são, no mínimo, anti-oligopólicos (como é o caso das Fintechs), mas também contra-rationais – ou anti-sistêmicos –, como é o caso dos Bancos Comunitários.

REVISTA ENTRELUGAR:

O sr. acha possível - e importante - que bancos locais ou regionais sejam criados, como mecanismos de promoção do desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas no território? Instituições como estas poderiam criar formas de desenvolvimento "endógeno" em áreas periféricas?

FÁBIO BETIOLI CONTEL:

A principal vantagem de existirem bancos regionais fortes, em qualquer país, diz respeito à possibilidade de que os recursos gerados na região em questão sejam também investidos local-regionalmente, isto é, eles permitem um “uso endógeno” destes excedentes (na mesma área de atuação do banco). Uma outra vantagem diz respeito aos “efeitos multiplicadores” que uma sede de banco pode ter na cidade em que ela está instalada: toda sede de banco é grande consumidora de serviços corporativos sofisticados, como consultorias, serviços jurídicos, de tecnologia de informação/análise de sistemas, etc. Quando existem apenas unidades operacionais de um banco atuando na cidade (e não a sede do banco), os serviços consumidos são mais simples, e não geram a demanda para que outras empresas de serviços mais sofisticados se instalem nesta cidade. Por fim, há uma última vantagem importante: é relativamente consensual na chamada “geografia das finanças” que, quanto mais distante a sede – ou unidade de decisão do empréstimo – mais caro é o crédito para o agente econômico. Seja pela distância física – que implica em deslocamentos constantes entre o prestador e o tomador – seja pela distância organizacional – que impõe mais dificuldades para o conhecimento do tomador por parte do prestador – a ausência de bancos locais e regionais dificulta o desenvolvimento integral da região em questão. Todo o excedente gerado vai ser utilizado em outras áreas/regiões, para investimentos em circuitos econômicos que não têm nada a oferecer ao local desassistido. Por outro lado, a literatura sobre os bancos regionais mostra que existem dois tipos de problemas principais ligados ao seu funcionamento: 1. Com o aumento da eficiência das técnicas da informação, é cada vez mais difícil evitar o já mencionado processo de oligopolização do mercado bancário, e portanto, é cada mais difícil evitar que bancos

regionais sejam comprados por grandes bancos nacionais (ou estrangeiros); 2. Bancos que atuam em apenas uma região são mais frágeis do ponto de vista de sua solidez financeira, já que eles são estritamente dependentes do “bom funcionamento” das áreas em que atuam. Se as indústrias locais têm dificuldades, se a agricultura regional passa por algum problema sazonal mais grave, conseqüentemente o banco regional sofrerá mais, pois é estritamente dependente destas atividades. Bancos de dimensão nacional – e mais ainda, os de dimensão internacional – podem diversificar seus fluxos de entrada e saída de recursos, em função de eventuais crises que ocorram em suas diferentes áreas de atuação (e minimizar os problemas de agências que estejam situadas numa área específica, que passa por alguma crise mais severa em algum momento).

REVISTA ENTRELUGAR:

Dados os claros sinais desta crise econômica e política atual ser estrutural e duradoura, o Sr. acredita que estamos na iminência de uma verdadeira "revolução social", de uma ruptura do tempo histórico? Ou o sistema capitalista permanecerá como o eixo de organização do mundo contemporâneo?

FÁBIO BETIOLI CONTEL:

Esta é uma questão muito difícil de ser respondida, sem que haja o risco do “desejo” do cientista interferir no juízo estabelecido. Porém, parece haver elementos concretos para afirmarmos que a crise civilizacional se agrava, no Brasil e no mundo. Os dados da FAO para o ano de 2019 mostram que a fome voltou a aumentar a partir de 2015 (depois de décadas de diminuição), sendo que hoje 821,6 milhões pessoas (uma em cada 9) passam fome no mundo (<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>). Paradoxalmente, aumenta também o número de pessoas com obesidade, que é uma forma de distúrbio nutricional diretamente ligado à força das grandes multinacionais de produção de alimentos ultra-processados. Aumenta significativamente também o número de bilionários no mundo, e no Brasil. No Brasil, pessoas com mais de US\$ 1 bilhão de patrimônio eram 42 em 2018, e em 2019 passam a ser 58, segundo a revista Forbes. O salário mínimo – outro indicador essencial para o entendimento da vida da população mais pobre – tem sido achatado em todos os sentidos, desde ao menos o

golpe parlamentar de 2016. A massa salarial paga é cada vez menor em relação à riqueza total produzida, e o salário mínimo, que atualmente está definido em R\$ 1.045,00, deveria valer hoje algo em torno de R\$4.000,00 segundo o DIEESE (para dar condições de vida minimamente digna às famílias de baixa renda). Isto sem falar em todos os outros problemas graves que as áreas da saúde, da educação, dos transportes urbanos enfrentam, e que devem piorar em função dos governos neoliberais (ou proto-fascistas) que ascenderam recentemente no mundo como um todo. Obviamente este conjunto de elementos brevemente elencados indicam uma insustentabilidade social, política, cultural e econômica do mundo contemporâneo. Para aqueles que, como eu, partilham de uma visão dialética de mundo, este quadro descrito pode ser entendido como uma base fértil para que uma transformação profunda ocorra. Como mostra o Prof. Milton Santos em seu livro *Por Uma Outra Globalização*, este período que vivemos é uma crise, dada a incapacidade do sistema montado fazer frente a estas enormes – e urgentes – necessidades das populações excluídas deste mesmo sistema. A ruptura, certamente, nos levará ao que o autor chamou de “período popular da história”.

São Paulo, março de 2020.